DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano XXVIII - N° 5.487

Terça-feira, 28 de Maio de 2019

A reforma da Previdência na análise dos profissionais da enfermagem

A sessão especial encerrou as comemorações da Semana da Enfermagem

Foto: Reginaldo Ipê



"Nesses momentos de comemoração reunimos os trabalhadores e dirigentes de instituições para debater as situações que nos afligem. A enfermagem reúne mais de dois milhões de profissionais no Brasil e 120 mil na Bahia. É um exército de trabalhadores, esteio do sistema de saúde, que precisa se mobilizar contra essa reforma que destrói todos os direitos do trabalhador", disse a vereadora Aladilce Souza (PCdoB), que também é enfermeira.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

Renovação Carismática Católica comemora jubileu de ouro

A sessão especial, requerida e presidida pelo vereador Joceval Rodrigues, foi realizada sexta-feira, 24

Foto: Antonio Queirós



O vereador Joceval Rodrigues (Cidadania) iniciou o seu discurso citando Romanos 5:5: "O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo. Esse é o tema da Renovação Carismática Católica do Brasil para esse ano de festa!".

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

Brotas vai sediar Câmara Itinerante

A sessão no bairro vai ser realizada no Colégio Luiz Vianna, segunda-feira (3), às 14h

Card: Divulgação



A Câmara Municipal de Salvador retoma na próxima semana o Projeto Câmara Itinerante. A primeira edição do biênio 2019-2020 será realizada segunda-feira (3), às 14h, no Colégio Estadual Luiz Vianna, situado na Rua Waldemar Falcão, nº7, Brotas.

À frente do projeto está o vereador Luiz Carlos Suíca (PT), que coordena o Câmara Itinerante. "A atividade permite que o Legislativo Municipal esteja cada vez mais perto do cidadão de Salvador, ouvindo as demandas das comunidades e discutindo temas que interferem diretamente no dia a dia daquelas localidades", diz o vereador Suíca, reforçando a importância da participação popular.

Esta edição da atividade vai contemplar os bairros pertencentes à Prefeitura-Bairro de Brotas: Acupe, Boa Vista de Brotas, Candeal, Cosme de Farias, Engenho Velho de Brotas, Luiz Anselmo, Matatu, Vila Laura.

Vereador Demetrio prioriza ações voltadas a pessoas com autismo

Projeto de sua autoria assegura merenda especial nas escolas

No dia em que a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) assinou convênio com a Associação dos Amigos do Autista da Bahia (AMA BA), na Câmara de Salvador, quarta-feira (22), o vereador Demetrio Oliveira (DEM) comemorou também a aprovação de projeto de sua autoria que beneficia crianças com autismo.

A iniciativa garante merenda especial para estudantes portadores do espectro autista nas escolas da rede municipal. "Eu fico feliz em perceber que nossa gente vem cada dia mais sendo cuidada. Nossas crianças precisam de um cuidado especial e isso nosso prefeito ACM Neto, juntamente com o deputado licenciado e atual Secretário da Sempre, Leo Prates, tem feito por meio da tão importante secretaria", afirmou Demetrio.

Foto: Antonio Queirós



Vereador Demetrio Oliveira

Ele lembrou de várias iniciativas de sua autoria e do ex-vereador Leo Prates para garantir e ampliar os direitos das pessoas com Espectro Autista. "Nós não só damos continuidade à tramitação dos projetos de Leo, como também apresentamos novas matérias para contemplar as nossas crianças que necessitam de cuidados também do Poder Público", frisou.

Demetrio parabenizou a diretora do AMA, Rita Brasil, pelo "trabalho e dedicação na luta pelo autismo em Salvador".

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Joceval Rodrigues
jocevalrodrigues@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
orlandopalhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Téo Senna
teosenna@cms.ba.gov.br

4ª Secretária:
Ana Rita Tavares
anaritatavares@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Substituto:
Daniel Rios
danielrios@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Duda Sanches
dudasanches@cms.ba.gov.br

Diretor de Comunicação
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

SIGA A CÂMARA NAS REDES SOCIAIS

@camarasalvador
@camaradesalvador
camaradesalvador

TV Câmara Salvador / Canal aberto 61.4

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Profissionais da enfermagem debatem impactos da reforma da Previdência

Vereadora Aladilce Souza presidiu sessão especial que marcou o Dia do Enfermeiro e Técnico de Enfermagem

Encerrando as comemorações da Semana da Enfermagem, a Câmara Municipal de Salvador realizou uma sessão especial, na manhã de sexta-feira (24), no Plenário Cosme de Farias. A atividade presidida pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB), marcou o Dia da Enfermagem (12 de maio) e o Dia do Técnico de Enfermagem (20 de maio) com um debate sobre os impactos da reforma da Previdência para a categoria.

"Nesses momentos de comemoração reunimos os trabalhadores e dirigentes de instituições para debater as situações que nos afligem. A enfermagem reúne mais de dois milhões de profissionais no Brasil e 120 mil na Bahia. É um exército de trabalhadores, esteio do sistema de saúde, que precisa se mobilizar contra essa reforma que destrói todos os direitos do trabalhador", disse a vereadora que também é enfermeira. "Precisamos defender o estado brasileiro, a democracia e nossa profissão", destacou a vereadora se posicionando contra a Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) que altera o sistema previdenciário brasileiro.

"Ser profissional de saúde é ser dedicado à recuperação do outro. Sei as aflições que cada um passa no exercício da profissão e sei que essa luta deve ser de todos nós", reiterou a presidente do Sindicato dos Profissionais de Saúde (Sindsaude), Ivanilda Brito.

"O Impacto da Reforma da Previdência para os Profissionais de Enfermagem" foi o tema da palestra proferida pela advogada especialista em Direito Previdenciário, Ângela Mascarenhas. "Essa alteração PEC faz uma alteração significativa nas aposentadorias e aposentadorias especiais. A proposta dificulta o acesso a essa modalidade também e afeta diretamente os profissionais de saúde", destacou Ângela.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Aladilce Souza promoveu o debate no Plenário Cosme de Farias







Aposentadoria especial

A presidente do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), Maria Inez de Farias, disse que a preocupação com a aposentadoria tardia é agravada pelas condições precárias de trabalho. A presidente da secção Bahia da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben-BA), Tânia Bulcão, ressaltou que os auxiliares de enfermagem, os técnicos de enfermagem e os enfermeiros enfrentam a mesma situação. "O que os estudos mostram é que há uma precarização da profissão: jornadas exaustivas, baixos salários e péssimas condições de trabalho. Nós da Aben entendemos que é o momento desses três profissionais se unirem ao povo e lutar contra esse projeto", ressalta Tânia.

"Depois da reforma trabalhista vimos o quanto o desemprego e instabilidade aumentaram e o reflexo disso na saúde dos trabalhadores que hoje enfrentam depressão e condições de trabalho ainda piores. Essa falta de estabilidade causada pelo aumento da terceirização faz com que os profissionais ficam muito tempo sem contribuir e para aposentar têm que manter ainda mais tempo na ativa", a presidente da Aben.

A representante do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Maria Luiza Castro, disse que o conselho apoia a proposta de emenda em apreciação que indica aposentadoria especial para as enfermeiras com 25 anos de serviço. "Nossa categoria está adoecendo devido à carga de trabalho extenuante. Muitos profissionais se submetem a dois, três empregos para complementar a renda, expostos a riscos físicos, químicos e biológicos. Somos mais um grupo injustiçado pela reforma previdenciária", pontuou a representante do Cofen.

Alguns representantes de sindicatos e associações como a vice-presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia (Seeb), Edilaeda Maia de Lima, não apoiam a proposição. "Não podemos buscar emendas para nossa categoria. Temos que ir pra frente, pressionar os políticos e derrubar esse projeto. A gente tem que voltar a fazer o que fizemos para conquistar os direitos que temos hoje. Agora para sua manutenção", pontuou Edilaeda de Lima.

Câmara comemora jubileu de ouro da Renovação Carismática Católica

Sessão especial foi requerida e dirigida pelo vereador Joceval Rodrigues

Fotos: Antonio Queirós



Mesa de trabalho da sessão especial que comemorou o jubileu de ouro da RCC do Brasil

Neste ano, a Renovação Carismática Católica (RCC) do Brasil está completando 50 anos de atuação no país. Para marcar o jubileu de ouro na Câmara Municipal de Salvador, o vereador Joceval Rodrigues (Cidadania) requereu e dirigiu uma sessão especial comemorativa, na noite de sexta-feira (24), no Plenário Cosme de Farias.

O vereador Joceval Rodrigues iniciou o seu discurso citando Romanos 5:5: "O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado. Esse é o tema da Renovação Carismática Católica do Brasil para esse ano de festa!".



Ainda em sua fala, frisou que "nós, católicos carismáticos, temos a nossa fé movida pelo fogo do Espírito Santo, que sopra em milhares de vidas todos os dias".

Conforme Joceval, a RCC explica o motivo de estar ocupando uma cadeira de vereador na Câmara Municipal de Salvador, "nessa missão na vida pública", sendo possível "ser cristão e estar na política".

Ainda em seu discurso, o vereador fez um breve testemunho de sua vida religiosa na Igreja Católica, lembrando, inclusive, que sua avó fazia parte da RCC, sendo convidada por Irmã Sara.

"Ela me levava para os grupos de orações na Pupileira, onde eu brincava na grama e na casa de retiro São Francisco, onde eu amava ficar no jardim", contou Joceval, acrescentando que tinha entre 9 e 10 anos. Disse ainda que começou no Grupo de Oração Adonai e depois foi para o Grupo Filhos de Javé, em São Caetano.

DEPOIMENTOS

Conforme Elissandro Trindade, presidente do Conselho Arquidiocesano da RCC de Salvador, "é muito importante celebrar a Renovação Carismática nos espaços públicos". Ainda em sua fala, disse que hoje, na Arquidiocese, existem 121 grupos de oração.



De acordo com Frederico Mastroangelo, presidente do Conselho Estadual da RCC da Bahia, a Renovação Carismática é uma corrente de graça. Ele lembrou da Irmã Sara, que em 1973, na Bahia, colaborou para a semeadura da RCC. Sobre a comemoração, frisou: "É ano jubilar, de festa, de caminhada e de louvar a Deus. Esperamos por mais 50 e mais 50 anos, na glória eterna de Deus".

"Foi através da Renovação Carismática que cada um de nós teve contato com Deus, por meio do Espírito Santo", afirmou Sérgio Zavaris, representante do Conselho Nacional da RCC e coordenador do Ministério de Fé e Política. O religioso também falou da coragem de Joceval Rodrigues em colocar a sua vida pelo bem comum.

A Renovação Carismática Católica do Brasil tem como missão a renovação com ardor missionário, a partir da experiência do batismo no Espírito Santo, para fazer discípulo de nosso Senhor Jesus Cristo. A visão é tornar o Espírito Santo mais conhecido, amado e adorado, difundindo a espiritualidade e a cultura de Pentecostes a partir de grupos de orações.



MESA DE TRABALHO

Na abertura dos trabalhos, após a formação da mesa de trabalho, a Banda da Guarda Municipal, regida pelo maestro Hamilton Fernando, executou o Hino Nacional. Ainda na sessão, houve apresentação musical da cantora Patrícia Ribeiro e a exibição de um vídeo com a canção tema da RCC Brasil.

Também participaram da sessão especial, compondo a mesa de trabalho, o padre Rutinaldo Gonzaga, assistente Eclesiástico RCC de Salvador; Josenora Rocha, representando os Pioneiros da RCC, Meire Conceição, representando as novas comunidades, o vereador de Itabuna Enderson Guinho (PDT), que ocupou a presidência dos trabalhos durante a fala do vereador Joceval Rodrigues, o prefeito de Mulungu do Morro, Fredson Andrade, dentre outros.

Câmara instala Comissão de Direitos Humanos

Novo colegiado temporário também ganhou o nome de Makota Valdina Pinto

Fotos: Reginaldo Ipê



Sessão de instalação da Comissão Temporária de Direitos Humanos e Defesa da Democracia Makota Valdina Pinto

A Câmara Municipal instalou a Comissão Temporária de Direitos Humanos e Defesa da Democracia, na manhã de segunda-feira (27), em sessão no Plenário Cosme de Farias. O colegiado também ganhou o nome de Makota Valdina Pinto, por iniciativa da vereadora Marta Rodrigues (PT), presidente do novo colegiado. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (SD).

Conforme Geraldo Júnior, o novo colegiado terá um importante papel na Câmara, uma vez que os direitos humanos são importantíssimos para a sociedade, sobretudo "numa cidade marcada pelas desigualdades sociais". Para o presidente do Legislativo Municipal de Salvador, a comissão vai ajudar a combater essas desigualdades.

Autora da proposta de criação do colegiado temporário de Direitos Humanos, a vereadora Marta Rodrigues frisou que vai lutar para que a comissão se torne permanente. "Hoje é um dia inédito nesta Casa, pois direitos humanos significa diálogo com todos os segmentos da sociedade", afirmou.

Logo após a instalação do novo colegiado, Marta Rodrigues propôs a inclusão do nome Makota Valdina Pinto. "Lembrar o nome de Makota é manter a luta contra o racismo e a intolerância religiosa", justificou. O pleito foi prontamente acolhido pelo presidente Geraldo Júnior, ficando o nome Comissão Temporária de Direitos Humanos e Defesa da Democracia Makota Valdina Pinto.



BANDEIRA

Coautor da proposta de criação da nova comissão, o vereador Luiz Carlos Suíca (PT), vice-presidente da mesma, frisou que a instalação do colegiado tem um significado muito grande para a Casa e para a sociedade como um todo, pois "a bandeira dos direitos humanos sempre foi defendida pela esquerda".

Membro do colegiado, o vereador Marcos Mendes (PSOL) também apontou para a importância da comissão para a cidade "em tempos de ataques aos direitos humanos". Ainda em sua fala, afirmou que "muitos desses direitos estão sendo retirados por conta de políticas públicas".

Também integrante da comissão, a vereadora Ana Rita Tavares (PMB) apontou para a igualdade dos direitos humanos e dos direitos dos animais. Na sua análise, por conta dos muitos problemas da sociedade, tudo passa pelo respeito e pela solidariedade. "O respeito é o amor", sintetizou.

"O governo federal não defende os direitos humanos", afirmou o deputado federal Nelson Pelegrino (PT). Ainda em sua fala, assegurou que não é fácil defender essa bandeira no país. O parlamentar já que foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

São membros do novo colegiado os vereadores Demétrio Santos (DEM), Fábio Souza (PHS) e Toinho Carolino (Podemos). Os suplentes são Alex Mine (DEM) e Hélio Ferreira (PCdoB).

Também falaram da importância da nova comissão, notadamente por fortalecer a luta pelos direitos humanos, Larissa Lima, representante da Ação Social Arquidiocesana; Cedro Silva, presidente da CUT-BA; Dudu Ribeiro, coordenador do Grupo Iniciativa Negra; Renildo Barbosa, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, e o ex-deputado Yulo Oiticica.

O vereador Ricardo Almeida (PSC) parabenizou os pares que integram o novo colegiado. Aluno do Colégio Estadual Pinto de Aguiar acompanharam a sessão de instalação.





Rede de proteção debate estratégias contra exploração sexual infantil

Iniciativa de promover o evento foi do vereador Marcos Mendes

Fotos: Antonio Queirós



Enfrentar, de forma efetiva, o problema da falta de políticas públicas para o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Este foi o objetivo da audiência pública realizada na tarde de sexta-feira (24), no auditório da Câmara Municipal de Salvador, reunindo as principais entidades que integram a rede de proteção ao segmento. A iniciativa e direção foi do vereador Marcos Mendes (PSOL), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

"A ideia é a gente dar início aqui a uma conspiração do bem", disse o vereador, frisando que a audiência era uma forma de marcar a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio. Segundo ele, dados da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos apontam que a Bahia ocupa o 6º lugar em registros de abuso sexual infanto-juvenil, com seis ocorrência diárias.

SUBNOTIFICAÇÃO

Em 2017 foram nada menos que 14 mil notificações no estado, de acordo com o Projeto Viver, observou Marcos Mendes. Ele chamou atenção para o fato de que a realidade deve ser bem mais perversa, já que a subnotificação é uma característica desse tipo de crime, que acontece em sua maioria no ambiente familiar.

"Mais de 90% dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes envolvem familiares, vizinhos ou outras pessoas próximas", confirmou Renildo Barbosa, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O cansaço das pessoas que representam as entidades da rede de proteção, diante da falta de políticas públicas e de dotação orçamentária para o segmento, foi um ponto comum dos depoimentos. Mas, como disse Barbosa, "esse encontro aqui tem que ser encarado como um momento de refazer nossas forças".



Luciana Reis, representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca) e do Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, questionou a inexistência de um Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e o fato do plano estadual estar vencido há mais de 14 anos. E frisou: "Que prioridade é essa? A sociedade civil oferece as soluções, mas o poder público não destina os recursos para nossa pauta".

A representante do Cedeca denunciou ainda a "violência velada" praticada contra as instituições que desempenham um papel que deveria ser dos órgãos públicos. Como exemplo citou o excesso de burocracia para prestação de contas, que inclui até mesmo foto da bomba de combustível para comprovar o abastecimento de carros, além da nota fiscal.

"Muitos projetos de apoio estão fechando as portas. No Estado só temos o Axé e o Viver, que a qualquer hora também podem fechar se os convênios forem cancelados", disse a procuradora da Infância e Juventude da Defensoria Pública, Ana Virgínia Rocha, defendendo uma estratégia mais efetiva de suporte à rede de proteção. Segundo ela, sete instituições de acolhimento a crianças em medida protetiva também encerraram atividade.

A delegada Ana Crícia Macedo, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente e da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Contra Criança e Adolescente (Dercca) frisou que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente ter entrado em vigor em 1990, "ainda temos muito a caminhar para a efetividade desse instrumento, justamente por falta de políticas públicas". Ela sugeriu a implantação de um centro integrado com todos os serviços disponíveis às vítimas de violência sexual infanto-juvenil, para amenizar o sofrimento com todas as exigências da investigação, incluindo exames periciais e atendimento psicológico.

A falta de políticas públicas para o segmento foi destacada também por Helena Oliveira da Silva, representante do Unicef na Bahia e pela promotora Karine Campos Espinheira, da Vara da Infância e da Juventude do Ministério Público.



Suíca rebate deputado que chamou a Bahia de lixo

Vereador pediu respeito ao estado e destacou sua importância para o país

O vereador Luiz Carlos Suíca (PT) rebateu o líder do PSL na Câmara dos Deputados, o deputado federal Delegado Waldir (GO), que chamou a Bahia de "lixo" na semana passada. Para o parlamentar, falta conhecimento de história e de civilidade para os aliados do governo de Jair Bolsonaro (PSL). "Tem que respeitar o berço da Independência do Brasil. Ao menos 10 revoltas, que aconteceram aqui na Bahia, culminaram com ações nacionais de interesse de todos os brasileiros. Este estado, foi um dos mais combativos da história do Brasil, desde o período colonial. Somos de luta!", afirmou Suíca.

De acordo com o vereador, "os políticos que atuam contra o Nordeste, que odeiam baianos e nordestinos, têm que ser marcados na história como conspiradores". O vice-líder da oposição lembra que foi em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que começou as batalhas travadas pela conquista da Independência do Brasil, que tiveram início no dia 25 de junho de 1822.

Foto: Antonio Queirós



Vereador Luiz Carlos Suíca cobrou respeito ao povo e à história do estado

"Foi em Cachoeira que se iniciou o movimento que culminou na proclamação de Dom Pedro I como imperador. Isso sem contar nas belezas naturais que só aqui tem. Temos um litoral belíssimo, com praias paradisíacas, uma das mais lindas chapadas, a Chapada Diamantina, uma das maiores reservas de água do país. Cultura popular explosiva, intelectuais e músicos que nunca foram superados", completou Suíca.

"A vontade de desmerecer a Bahia é também um pouco de "inveja". Foi no estado baiano que Bolsonaro teve suas maiores derrotas. No primeiro turno perdeu com pouco mais de 23%, e no segundo foi de lavada. Bolsonaro teve 27% e Haddad mais de 72% dos votos válidos. E não venha falar do PT não, que aqui foi onde mais reduzimos a pobreza, até mais que o Brasil, proporcionalmente falando. Então, é bom respeitar a história e é fundamental respeitar as pessoas, o povo.", destacou Suíca.

Projeto garante vacinas para trabalhadores da limpeza urbana

Projeto do vereador Suíca cria programa de vacinação obrigatório para garis e profissionais da área

Os trabalhadores de limpeza urbana de Salvador estão mais perto de ter um programa de vacinação instituído por lei apenas para eles. O benefício foi proposto pelo vereador e vice-líder da oposição, Luiz Carlos Suíca (PT), e aprovado na quarta-feira (22) na Câmara Municipal de Salvador. Em sua justificativa, o vereador destaca que a peça tem o intuito de criar meios para imunizar os profissionais que atuam diariamente na coleta dos resíduos sólidos em diferentes endemias. Suíca destaca que, o mês que se celebra o Dia do Gari, não poderia passar sem uma importante conquista. A matéria segue agora paras sanção do prefeito.

Foto: newsba.com.br



"Coroamos nossa atuação na Câmara com um importante projeto para nossa categoria que envolve diretamente a saúde. O dia 16 de maio é dedicado aos garis e margaridas e não poderíamos deixar de presentear esses guerreiros que lutam para garantir saúde à população. Os profissionais de limpeza urbana terão campanha exclusivas. Isso envolve quem exerce as funções de motorista, coletor, coletor motociclista, varredor, fiscal, agente de limpeza e operador de roçadeira. Todos estão contemplados", frisa Suíca.

As vacinas disponibilizadas pelo programa são contra a gripe H1N1, influenza, febre amarela, meningite e outras campanhas definidas como prioridade pelo poder público. "É mais uma conquista para nossa categoria. Vamos seguir juntos, lutando pelos nossos direitos e melhores condições de trabalho. Estaremos sempre próximos do Sindilimp-BA com inúmeras ações, desde a luta por direitos até o bem-estar pessoal de cada trabalhador. Fui eleito para isso, para representar minha categoria", completa o vereador.

Câmara aprova projeto de lei que reaproveita óleo de cozinha

Matéria do vereador Toinho Carolino busca combater a poluição do meio ambiente

Que tal transformar resíduo poluente em receita para os cofres públicos? A Câmara Municipal de Salvador aprovou, na tarde de quarta-feira (22), o projeto de lei que garante o reaproveitamento do óleo de cozinha utilizado na produção da merenda escolar das escolas da rede municipal de Salvador. Para o vereador Toinho Carolino (Podemos), autor da proposição, a lei tem o objetivo de colaborar com o meio ambiente e com a gestão pública.

"A coleta seletiva e o reaproveitamento do óleo também contribuirão para a educação ambiental nas escolas. Meu desejo é que professores, funcionários e alunos se conscientizem da necessidade de preservar o meio ambiente", afirmou Carolino, presidente da Comissão de Educação, Esporte e Lazer da Câmara.

Foto: Internet



Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Toinho Carolino

A medida propõe a armazenagem do óleo residual de cozinha das escolas públicas, a partir da coleta diária. O material passa a ser conservado em recipientes e recolhido pelas associações e empresas cadastradas pela prefeitura.

"O projeto foi pensado como solução para os danos provocados pelo descarte inadequado do óleo na rede de esgoto, evitando a poluição de rios e mares. Estou feliz com a aprovação, pois se trata de uma alternativa sustentável que vai garantir nova fonte de receita ao município", destacou Carolino. Ele acrescentou que o lucro obtido pela prefeitura deverá ser revertido para projetos de educação ambiental nas escolas.

Taxa voluntária em IPTU destinará R$1 para proteção animal e ambiental

Projeto da vereadora Marcelle Moraes foi aprovado na Câmara

A Câmara Municipal aprovou, na tarde de quarta-feira (22), projeto de lei que prevê a incorporação de taxa voluntária de R$1, recolhida no IPTU, a ser destinada exclusivamente ao Fundo Municipal De Recursos para o Meio Ambiente. De autoria da vereadora Marcelle Moraes (sem partido), a medida ampliará de forma efetiva os recursos para implantação de políticas públicas de assistência aos animais em situação de rua, vítimas de maus-tratos e preservação do meio ambiente em Salvador.

"Muitas cidades sensíveis à importância da causa já adotaram essa medida. É uma cobrança facultativa, de um valor que não terá impacto relevante no orçamento familiar, mas que proporcionará a implementação de estratégias efetivas que colocarão Salvador em um novo patamar no que diz respeito às políticas de proteção ambiental e animal", justificou a parlamentar.

Foto: sustentahabilidade.com

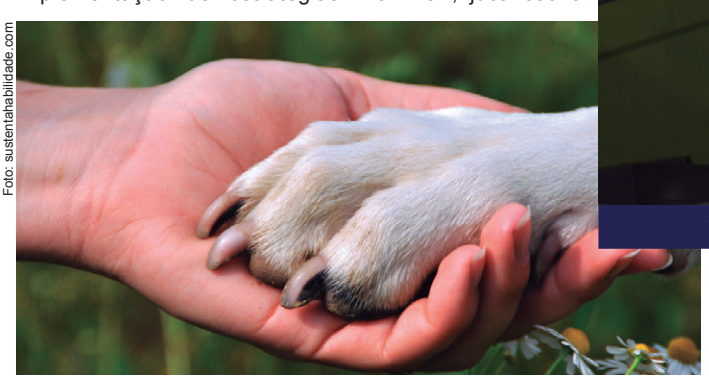


Foto: Valdemiro Lopes



Vereadora Marcelle Moraes

Após a aprovação no Legislativo, o projeto segue para sanção do prefeito ACM Neto.

CÂMARA MUNICIPAL

45ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 29 DE MAIO DE 2019 – 14h30min

1.1. Votação da Ata
1.2. Leitura do Expediente (1º secretário)
1.3. Registros

ORDEM DO DIA

POJETO DE LEI Nº 549/13..... Institui o Estatuto da Igualdade Racial no âmbito do município de Salvador, e dá outras providências.
Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final (inclusive às Emendas); Finanças, Orçamento e Fiscalização; Direitos do Cidadão e Defesa do Consumidor; Transporte, Trânsito e Serviços Municipais; e Reparação (com Emenda).
1ª Discussão – Votação.
Autoria: COMISSÃO DE REPARAÇÃO

EXPEDIENTE

3ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA

Salvador, 24 de maio de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

PROJETO DE LEI Nº166/2019

Institui o Dia Municipal do Samba Junino, a ser comemorado, anualmente, no dia 17 de abril, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Municipal do Samba Junino, a ser comemorado, anualmente, no dia 17 de abril.

Art. 2º. As comemorações alusivas à data farão parte do Calendário Oficial de Eventos do Município de Salvador e poderão ser destacadas com programas sociais e educativas, destinadas a difundir informações e orientações que conscientizem a sociedade sobre essa importante manifestação cultural brasileira de Salvador.

Art. 3º. Esta data será lembrada pela Câmara Municipal de Salvador na primeira Sessão Ordinária que antecipar o dia 17 de abril, em comemoração ao Dia Municipal do Samba Junino de Salvador.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 20 de maio de 2019.
TEO SENNA

JUSTIFICATIVA

Além de ser uma manifestação cultural brasileira de Salvador, é também reconhecida pela Prefeitura de Salvador como patrimônio cultural imaterial do município. Suas origens com o candomblé e as festas de caboclo potencializam ainda mais a importância do valor cultural do Samba Junino para o município. O Samba Junino é uma expressão tradicional nos bairros de Salvador, ao celebrar o São João, resgatando os antigos festivais de música e roda de samba que existiam nos bairros mais populares do município.

Há quem não conheça o samba junino, tradição genuinamente soteropolitana, reconhecida no início do ano de 2018 como patrimônio cultural da cidade de Salvador. Este Projeto de Lei tem como finalidade dar o reconhecimento do importantíssimo serviço prestado pelo samba junino, que vai além de um gênero musical e se configura como um movimento cultural nascido nas periferias de Salvador.

Salvador, 20 de maio de 2019.
TEO SENNA

PROJETO DE LEI Nº167/19

Dispõe sobre a destinação de percentual de arrecadação da Zona Azul digital de Salvador para guardadores de veículos automotores.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a destinar um percentual de 1% (um por cento), da arrecadação dos aplicativos de Zona Azul digital de Salvador, para os guardadores de veículos automotores autorizados.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 20 de MAIO de 2019.
PAULO MAGALHÃES JÚNIOR

Os mais de 800 profissionais, atuantes em sete áreas distintas da capital baiana, responsáveis pela afixação das cartelas nos painéis de veículos e entregues aos motoristas em cada vaga de estacionamento de zona azul em Salvador, atualmente adquirem as cartelas através do SINDGUARDA, do valor, 40% fica para a entidade. Com a implantação da modernização da Zona Azul Digital, realizada desde outubro de 2019, fez-se necessário medidas para garantia da continuidade da profissão. A modernização melhora o serviço à população, dá mais credibilidade ao estacionamento rotativo e oferece conforto e segurança aos motoristas, porém diminui a arrecadação dos chamados "flanelinhas".

O presente projeto propõe a destinação de 1% da arrecadação dos aplicativos da zona azul digital para os guardadores de veículos automotores, visando a garantia de renda aos mais de 800 profissionais que atuam na área. Dessa forma, solicito aos nobres pares o voto favorável.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.
Salvador, 20 de maio de 2019.
PAULO MAGALHÃES JÚNIOR

PROJETO DE LEI Nº168/19

Dispõe sobre o acesso a banheiros, vestiários e demais segregados por gênero e de uso público de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa trans ou travesti no âmbito do Município de Salvador.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - É garantido, no âmbito do Município de Salvador, o acesso a banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, públicos ou acessíveis ao público, coletivos ou não, de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa trans ou travesti.

Art. 2º - Em caso de discriminação ou preconceito de natureza transfobica em espaços públicos ou privados, o estabelecimento ficará sujeito a multa combinado com penalidade de caráter educativo que dispõe em realizar formação de gênero e sexualidade para equipe de funcionários.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 22 de maio de 2019.
MARCOS MENDES
Vereador pelo PSOL

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei objetiva garantir o direito de acessar os banheiros e demais espaços segregados por gênero de uso público, de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa, estando o mesmo em consonância com dispositivos nacionais e internacionais, tais como as Resoluções nº 11 e 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos; o Decreto N.° 8.727/16 da Presidência da República e os Princípios de Yogyakarta, que dispõem sobre.a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

As pessoas, ainda, permanecem sujeitas a um processo de categorização de gênero que incorpora uma estratégia discursiva decorrente de uma estrutura binária do sistema sexo-gênero. A experiência de não ser reconhecida inspira a vulnerabilidade de determinados grupos sociais e a injustiça pode se converter na base motivacional da luta social.

Com isso, em arenas discursivas subalternas se estabelecem debates a respeito de questões como, por exemplo, a possibilidade de uso dos "banheiros neutros", do ponto de vista de gênero, destinados, apenas, a pessoa trans. Essa estratégia tem se revelado como prática estigmatizante, que viola o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, constitui mecanismo aparentemente neutro, porém que inspira discriminação inconstitucional e efetiva subordinação de status.

Pessoas trans e travestis seguem lutando por reconhecimento e legitimidade de suas existências, reivindicando a categoria de parceiras plenas nas interações sociais, contrapondo-se à subordinação de status. À vista disso, somente a desinstitucionalização de padrões de valores culturais transfóbicos - vinculados a saberes biomédicos e a concepções patologizantes e normalizadoras de sexo e gênero - pode validar a paridade de participação desses grupos.

Há de se ressaltar que esta questão chegou ao Supremo Tribunal Federal em 2015 através do Recurso Extraordinário (RE) nº 845779, que teve proferidos dois votos favoráveis ao uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero (a saber, do Ministro-Relator, Luis Roberto Barroso, e do Ministro Luiz Edson Fachin). O referido Recurso tratou da reparação de danos morais no caso de constrangimento por parte de um funcionário de um shopping center de Florianópolis/SC contra uma mulher trans, ao pretender usar o banheiro feminino[1].

Não obstante, este Projeto de Lei também tem por intuito combater os casos de violência física e psicológica contra as pessoas travestis, mulheres trans e homens trans, que muitas vezes ocorrem dentro dos banheiros de uso público, quando são obrigados a usar aquele que não corresponde ao gênero que a pessoa de identifica, haja vista que mulheres trans e travestis correm risco de ser agredidas física e sexualmente, caso sejam forçadas a utilizar banheiros masculinos.

Ressaltamos, ainda, não haver relatos, casos, acusações ou qualquer outro tipo de situação criminosa ou de violência sexual, que envolva mulheres ou crianças agredidas ou violentadas por mulheres trans e travestis em uso comum dos banheiros de uso público.

Isto posto, diante da importância e do alcance da medida, conto com apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Salvador, 22 de maio de 2019.

MARCOS MENDES
Vereador pelo PSOL

[1] BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 845779. Procuradoria-Geral da República. Voto do Ministro Relator, Luís Roberto Barroso. Data de julgamento: 19 de novembro de 2015. Disponível em: <http://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Transexuais-RE-845779-Anota%C3%A7%C3%B5es-para-o-voto.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

PROJETO DE LEI Nº 169/2019

Declara irmãs as cidades de Salvador, capital do Estado da Bahia, Brasil e Miami, situada no Estado da Flórida, Estados Unidos da América.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1°. Ficam declaradas irmãs as cidades de Salvador, capital do Estado da Bahia, Brasil e Miami, situada no Estado da Flórida, Estados Unidos da América, ante a intenção do governo municipal soteropolitano de transplantar o modelo *built to suit* de locação de imóveis mediante dispensa de licitação e do especial interesse de empresário brasileiro radicado em Miami de participar do negócio.

Salvador, de maio de 2019.

JOSÉ GONÇALVES TRINDADE

JUSTIFICATIVA

Como é sabido, um dos objetivos do irmanamento de cidades é a promoção de cooperação entre os municípios envolvidos, propiciando, entre outros, a troca de conhecimentos sobre políticas públicas e projetos em diversas áreas.

Nesta esteira, o Executivo Municipal, através do Projeto de Lei nº. 63/2019 (encaminhado pela Mensagem nº. 01/2019), pretende transplantara para administração pública local o modelo de locação de imóveis mediante dispensa de licitação por até 30 anos denominado *buil to suit*, já amplamente utilizado em Miami.

Além disso, tem-se notícia de especial interesse por parte de um grande empresário brasileiro radicado em Miami em participar dos negócios pactuados de acordo com o novo modelo proposto, assim como de que tal interesse é retribuído pelo governo municipal atual.

Portanto, com o intuito de facilitar a cooperação entre o governo municipal e o empresariado de Miami, revela-se adequado que as duas cidades sejam declaradas irmãs.

Salvador, de maio de 2019.

JOSÉ GONÇALVES TRINDADE

PROJETO DE LEI Nº 170/19

Institui o Programa de vacinação para imunização dos profissionais de educação que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de vacinação para imunização dos profissionais de educação que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 2º - O programa instituído no art. 1° desta lei será destinado a todos os profissionais que atuam diretamente nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal, devidamente identificados e que estejam exercendo sua função no cotidiano da Escola, a época do calendário do programa de vacinação estabelecido pelo município.

Parágrafo único – O direito a que se refere o capítulo deste artigo aplica-se exclusivamente aos profissionais que atuam diretamente com o grande fluxo de atendimento ao público que circula nas unidades de ensino.

Art. 3º - As vacinas a serem aplicadas dentro do Programa serão:

I – Vacina contra gripe (H1N1);

II – Vacina contra gripe (Influenza);

III – Vacina contra febre amarela;

IV – Vacina contra meningite;

V – E outras campanhas definidas como prioridade pelo Poder Público.

Art. 4º - O Programa de Vacinação de que trata a presente lei poderá ser desenvolvida pela Secretaria Municipal da Saúde, a quem competirá fornecer as vacinas e os profissionais para a sua aplicação.

Art. 5º - O Programa instituído nessa lei poderá ocorrer durante todo o ano, facultada a sua realização prioritariamente no período de campanha de vacinação fixado pelo Poder Público.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá regulamentar essa lei, no que couber, para a sua fiel execução.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 24 de maio de 2019.

TOINHO CAROLINO
Vereador

JUSTIFICATIVA

Diante da quantidade de pessoas que circulam no cotidiano das unidades de ensino, bem como pela necessidade de interação, inclusive de contato físico direto com alunos, fornecedores, pais de alunos e moradores da circunvizinhança da escola, faz-se necessária medida profilática que atenue o risco de contaminação dos profissionais de educação que atuam no cotidiano escolar.

Comprovadamente, por dados científicos publicados em revistas e peças acadêmicas idôneas, ambientes expostos a temperatura acima de 30°C tendem a ser insalubres, sobretudo por estarem mais propícios a proliferação de variados tipos vírus e bactérias. Assim, torna-se evidente a importância em se adotar medidas cautelares no escopo das recomendadas nas políticas públicas de saúde, principalmente aplicação de vacinas cujas enfermidades podem ser combatidas de forma planejada e eficiente.

Dessa forma, os profissionais atuantes no dia a dia das unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Salvador devem ser reconhecidos como grupo prioritário a ser atendido nos postos de saúde e demais unidades que compõem o Programa de Vacinação.

Portanto, diante da relevância desta proposta legislativa, especialmente pelo alto grau de vulnerabilidade da saúde dos profissionais supracitados, em vista do quanto estão expostos em seu ambiente de trabalho, solicito aos meus pares a aprovação desse Projeto de Lei.

Salvador, 24 de maio de 2019.

TOINHO CAROLINO
Vereador

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº68/2019

Concede a Medalha Thomé de Sousa a Adolfo Viana de Castro Neto

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Medalha Thomé de Sousa ao excelentíssimo deputado federal, Adolfo Viana de Castro Neto.

Art. 2º A Mesa da Câmara fica autorizada a providenciar a entrega da medalha, em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 15 de maio de 2019.
ALEXANDRE ALELUIA

JUSTIFICATIVA

É motivo de jubilo para a toda a cidade do Salvador homenagear um político como Adolfo Viana na Câmara Municipal, e em especial para este parlamentar, que enxerga a politica como meio de manutenção e preservação de nossa história e tradições.

Adolfo Viana, político soteropolitano que dispensa apresentações, exerceu mandato de deputado Estadual de 2011 a 2019 tendo uma forte atuação parlamentar nas comissões de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, e atualmente exerce mandato de Deputado Federal.

Muito embora tenha presença forte dentro do parlamento, sua atuação política não se limita a mera atuação parlamentar, sua contribuição para o estado, e consequentemente para Salvador, vai muito além disso, Adolfo é um dos grandes responsáveis pelo resgate cultural, moral e ético que a política nacional tem passado. Sem sombra de dúvidas a população baiana confiou-lhe o mandato de Deputado Federal, objetivando, a manutenção do resgate de nossos valores.

Adolfo Viana de Castro Neto, como grande politico que é, goza de todas as qualidades dais quais nos orgulhamos em ver em um homem público, o que lhe rendeu grande destaque no sentimento popular baiano, conhecido por sua honestidade integridade, eficiência e garra, graças as essas qualidades Adolfo alcançou o parlamento federal, através do voto popular.

Toda a sociedade precisa de homens públicos como Adolfo Viana , homens de inciativa e visão, capazes de traspor as mais extenuantes barreiras para levar o progresso a sua comunidade, e foi isso que me motivou a entregar essa distinção ao Sr. Adolfo Viana de Castro Neto, pois como homem público ele foi capaz traspor todas as dificuldades impostas a ele e levar aos seus pares progresso e dignidade.

Face ao exposto, venho solicitar o apoio dos demais edis na aprovação desta honraria para o Deputado Federal o senhor Adolfo Viana Castro Neto.

Salvador, 15 de maio de 2019
ALEXANDRE ALELUIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº69/2019

Concede o Título de Cidadã Soteropolitana a Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Soteropolitana a excelentíssima deputada federal, Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel.

Art. 2º A Mesa da Câmara fica autorizada a providenciar a entrega da medalha, em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 22 de maio de 2019
ALEXANDRE ALELUIA

JUSTIFICATIVA

Dayane Pimentel é formada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana/BA (UEFS) e é especialista em Docência do Ensino Superior. Pimentel lecionou no Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia e também em escolas particulares.

Filha de um Caminhoneiro e de uma Técnica de Educação no Campo, Dayane sempre foi envolvida com política.

Quando nos EUA, através de seu marido, Dayane conheceu os estudos do Professor Olavo de Carvalho. Com sua gravidez, Dayane começou a questionar publicamente a situação ética em que o PT se encontrava na época, criou um blog e buscou se aprofundar ainda mais em literaturas à direita.

Casada com um empresário, após retornar ao Brasil, Dayane foi convidada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, então deputado federal, para assumir a liderança de um movimento anti-petista no Estado da Bahia. Como referência no Estado de toda articulação política de Bolsonaro, Dayane percorreu todo o Estado apresentando uma nova proposta de gestão pública para o Brasil.

Foi assim que Profª Dayane se tornou a presidente do Partido Social Liberal (PSL) do Estado da Bahia, montou uma das maiores articulações políticas da história do Estado e, se tornou, no fim de 2018, a mulher mais votada de toda a Bahia, naquele pleito. Conhecida como Professora Dayane Pimentel, a baiana de Feira de Santana alcançou 136.742 votos, o que a tornou a quarta mais votada entre todos os 473 candidatos à Câmara Federal na Bahia.

Salvador, 22 de maio de 2019
ALEXANDRE ALELUIA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 303/2019

Considerando que a feira livre é uma manifestação da cultura urbana brasileira que se mantém apesar do crescente avanço do desenvolvimento do comércio, pois cada vez mais o consumidor tem acesso a hipermercados e outros, com todo conforto e comodidade, mesmo assim, a feira livre se mantém viva, tanto nas pequenas como nas grandes cidades, em todos os bairros, seja na periferia ou em bairros nobres;

Considerando que a feira livre tem caráter diversificado, onde circulam pessoas de todos os tipos, sejam vendedores, compradores ou simples transeuntes, comercializando frutas, legumes, verduras ou outros itens alimentícios, como também um comércio variado, prestação de serviço, e outros itens que visam atender diversas demandas;

Considerando que o Cabula é um bairro de Salvador, que fica localizado no "miolo" central da cidade, fazendo divisa com todos os outros da Região central de Salvador;

Considerando a existência de um mercado informal e desordenado no bairro do Cabula;

Considerando a necessidade da construção de um Mercado Popular para o ordenamento e bem-estar de feirantes, ambulantes e outros, que movimentam a economia, geram empregos e renda na Região.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao Exmo. Senhor Prefeito, a construção de um Mercado Popular no bairro do Cabula..

Salvador, de maio de 2019.

DEMETRIO OLIVEIRA
Vereador DEM / Comissão de Legislação Participativa / Comissão de Reparação
Comissão de Assistência Social – Suplente

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 304/2019

Considerando que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental dando a todos o acesso a uma existência digna, segundo as peculiaridades de cada fase da vida;

Considerando que as previsões estatísticas da Organização Mundial de Saúde relatam que o Brasil será a sexta maior população idosa do mundo até 2025;

Considerando que a pensão por morte é benefício previdenciário concedido aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, com amparo legal no artigo 74 e seguintes da Lei 8.213/91, podendo ser concedida provisoriamente em caso de morte presumida do segurado, assim declarada pela autoridade judicial competente depois de seis meses de ausência;

Considerando o artigo 16 da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91) que define aqueles que são considerados dependentes do segurado;

Considerando que o benefício de pensão por morte é devido a contar da data:
a) do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;
b) do requerimento, quando requerida após noventa dias;
c) da decisão judicial, no caso de morte presumida;
d) da ocorrência, no caso de catástrofe, acidente ou desastre.

Considerando a Lei n.º 10.173, de 09.01.2001 – Estatuto do Idoso – que alterou o Código de Processo Civil de 1973 dando prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao Exmo. Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, priorização e agilização para conceder a liberação do benefício *pensão por morte* para viúvas (os) idosos.

Salvador, de maio de 2019.

DEMETRIO OLIVEIRA
Vereador DEM / Comissão de Legislação Participativa / Comissão de Reparação
Comissão de Assistência Social – Suplente

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº305/19

CONSIDERANDO que Valdina de Oliveira Pinto, mais conhecida como Makota Valdina, foi uma educadora, líder comunitária e religiosa brasileira, militante da liberdade religiosa, como porta-voz das religiões de matriz africana, bem como dos direitos das mulheres e da população negra;

CONSIDERANDO que ela foi referência na luta contra o racismo e intolerância religiosa e na valorização da cultura afro-brasileira. Mesmo constatando uma maior presença de negros nas universidades, ela ressaltava que o mais importante era rever os conceitos e as teorias dominantes, construídos sobre alicerces distorcidos e carregados de preconceitos;

CONSIDERANDO que ao longo de sua trajetória, Makota recebeu muitas homenagens. Entre elas os prêmios Troféu Clementina de Jesus, da União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO), Troféu Ujaama, do Grupo Cultural Olodum, Medalha Maria Quitéria, da Câmara Municipal de Salvador, e Mestra Popular do Saber, pela Fundação Gregório de Mattos;

CONSIDERANDO que sua vida foi retratada no documentário Makota Valdina - Um jeito Negro de Ser e Viver, que recebeu o primeiro Prêmio Palmares de Comunicação, da Fundação Cultural Palmares, na categoria Programas de Rádio e Vídeo. Em 2013, Makota Valdina publicou o livro de memórias intitulado "Meu caminhar, meu viver";

CONSIDERANDO que seu ativismo a favor do meio ambiente se fortaleceu em defesa do Parque São Bartolomeu, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, local que já foi importante para o culto das religiões afro-brasileiras. Ela cobrava conscientização dos terreiros para a preservação da natureza, inclusive evitando o uso de velas e de materiais não biodegradáveis nos rituais;

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

Ao Exmo. Sr. Governador, que construa um busto em homenagem a Makota Valdina no Parque São Bartolomeu.

Salvador, 22 de maio de 2019.

MARCOS MENDES
Vereador pelo PSOL

MOÇÃO Nº 59/19..... Reconhecimento do Teatro Lambe Lambe.
Discussão única – Votação
Autor: vereador MAURÍCIO TRINDADE

ATA

42ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA MARCELLE MORAES (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 162/19 da vereadora Ireuda Silva e 163/19 do vereador Duda Sanches; Projeto de Indicação n. 301/19 do vereador Maurício Trindade; Projetos de Resolução n.s 66/19 do vereador Henrique Carballal e 67/19 do vereador Alfredo Mangueira; e Requerimentos n.s 131/19 do vereador Sílvio Humberto e 132 a 134/19 do vereador Hélio Ferreira. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, o vereador Moisés Rocha saudou o presidente do Sindicato dos Feirantes, Gago. Saudou ainda o deputado federal Sargento Isidório por se posicionar contrário ao Decreto do Presidente Bolsonaro que favorecia armas para cidadãos comuns. Elogiou frase do deputado Isidório sobre ele, como "doido", ser apto a dialogar com outro doido, referindo-se ao Presidente Bolsonaro. O orador afirmou que a insanidade mental do Presidente Bolsonaro foi clinicamente atestada. Passando-se à **Ordem do Dia**, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 232/15, 74/18, 95/18, 372/17 (contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Marta Rodrigues, Sidninho e Sílvio Humberto, e com abstenção do vereador Marcos Mendes), 70/19, 145/19 (contra o voto do vereador Cezar Leite), 317/17, 117/19, 141/19 e 365/17. Foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Requerimentos 81/19 e 129/19. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse não ter tido conhecimento do Projeto de Lei n. 69/17, o qual havia sido posto em votação. O senhor presidente lembrou ter submetido a pauta ao conhecimento prévio dos pares. A vereadora Aladilce Souza explicou que acabara de pedir vista desse Projeto. O senhor presidente determinou a retirada, da pauta, do Projeto de Lei n. 69/17. Retomando os **Registros**, o vereador Orlando Palinha agradeceu ao prefeito pela pavimentação da Rua Castro Alves, em Paripe. Comentou sobre escola, no mesmo bairro, que estava abandonada e cuja revitalização seguia em fase final, pelo quê, agradeceu ao secretário de Educação Bruno Barral. Mencionou a Rua Paraguai, também em Paripe, que receberia melhoramentos. O vereador Sílvio Humberto comentou sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, cuja votação estava prevista para a semana seguinte. Conclamou a população, sobretudo os que lutavam contra o racismo, a ocupar a Galeria nessa votação, para democraticamente fiscalizar sobre quem realmente era contra o preconceito e a desigualdade raciais. Salientou que, numa cidade com mais de 80% de negros, apenas neste momento se chegava ao Estatuto. A vereadora Cátia Rodrigues disse que o Estatuto da Igualdade Racial trazia desigualdade religiosa e feria princípios constitucionais, trazendo privilégios para os negros de religiões de matriz africana e excluindo negros de outras crenças. Declarou-se a favor da reparação aos negros, mas desde que dentro da Constituição Federal (CF). O vereador Luiz Carlos Suíca agradeceu aos pares pela aprovação de Projeto sobre trabalhadores em limpeza, cuja importância, inclusive para a saúde, destacou. Rebateu a afirmação de que o Estatuto da Igualdade Racial privilegiava grupos, explicando que ele abrangia toda a Cidade. Disse ser evidente que havia negros em religiões como a Evangélica, mas sublinhou que essa corrente religiosa não sofreu perseguições como sempre sofreu o Candomblé, num contexto de escravidão e racismo. Enalteceu a resistência histórica do povo negro, afirmando que ela era consagrada no Estatuto. O senhor presidente convidou para a Sessão Solene de entrega da Medalha Thomé de Souza ao jornalista José Oswaldo, pai do comunicador José Eduardo, o Bocão. O vereador José Trindade retomou referência a desapropriação de fazenda em Área de Proteção Ambiental (APA) do Abaeté. Considerou esse fato o maior escândalo da Prefeitura e criticou Parecer da Procuradoria-Geral do Estado, afirmando que contrariava o princípio da legalidade e outros ditames jurídicos. Expôs sobre quoeficiente de aproveitamento da área que teria sido alvo de manipulação por autoridades municipais. Historiou fatos relativos ao imóvel desde 2008, pedindo a atenção do secretário de Desenvolvimento e Urbanismo, Sérgio Guanabara, e lamentando a perda de recursos que poderiam ser investidos em Educação. Afirmou que o prefeito era omisso sobre o fato. O senhor presidente disse que desconhecia os fatos e destacou sua confiança no secretário Sérgio Guanabara, pedindo que os fatos fossem levados à Procuradoria da CMS. O vereador Sidninho comentou a respeito de licitação sobre conselheiros tutelares. Disse que havia quatro Conselhos Tutelares municipais fechados por falta de estrutura mínima. Comentou sobre o sofrimento das crianças e disse que seguiria cobrando resposta. O vereador Marcos Mendes comentou sobre a luta dos agentes de endemias por seu piso salarial, informando sobre audiência pública na próxima terça-feira. Convidou para audiência pública sobre a exploração de crianças, na próxima sexta-feira, e contou sobre audiência pública, já realizada, a respeito dos cortes nas universidades federais, rejeitando a ideia de que a questão estaria sendo partidarizada. Refutou as declarações da vereadora Cátia Rodrigues, afirmando que ela não teria lido o Estatuto da Igualdade e indagando-lhe se se havia privilégio no fato de haver tantos negros e negras encarcerados, e se algum pastor ou pastora evangélica sofria agressão por sua religião. Sublinhou que era branco e privilegiado, mas conseguia compreender o que era a dor de sofrer racismo. Pela ordem, a vereadora Cátia Rodrigues disse que o Estatuto não se dedicava ao "povo negro", mas, aos negros de religião de matriz africana. A vereadora Marta Rodrigues saudou os agentes de endemias e sua luta por piso salarial. Criticou pronunciamento da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no qual ela dizia que, na Região Nordeste, havia uma cartilha para ensinar bruxaria às crianças. Expressou sua infelicidade em ver o Governo Federal ter uma representante capaz de tal discurso, enquanto o desemprego no País aumentava. Sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, elogiou o vereador Alexandre Aleluia pela atuação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual permitiu que as pessoas pudessem ler o Estatuto, cuja importância destacou, considerando que o adiamento de sua votação, em uma semana, favoreceria que ele fosse ainda mais lido. A vereadora Aladilce Souza saudou os agentes de endemias, pedindo diálogo por parte do prefeito com a categoria e, também, com professores e outros profissionais. Elogiou o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual integrava, sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Pediu que questões religiosas não obstruíssem a concretização do Estatuto, o qual explicou ser uma reprodução quase exata de semelhantes diplomas já existentes nos âmbitos estadual e federal. O vereador Cezar Leite agradeceu aos pares pela aprovação de seu Projeto sobre obras e serviços públicos, cuja origem explicou ser do Movimento Brasil Livre (MBL), que o estendia pelo País. Explicou ainda que se tratava da exigência de planilha para prevenir corrupção e deu como exemplo a ponte em construção em Ilhéus, cujos valores sofreram mudanças. Disse que o Projeto previa a devolução de valores em caso de desatendimento aos ditames financeiros previstos em planilha. O vereador Edvaldo Brito saudou a reunião do Colégio de Líderes que possibilitou uma pauta de votação com harmonia entre os edis. Comentou sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, rejeitando a polêmica a seu respeito e citando o art. 3º da CF como esteio para o Estatuto. Contou parábola que ilustrava o art. 61 da CF, o qual lhe fora exposto pela vereadora Lorena Brandão, e afirmou ser vergonhoso que Salvador não contasse ainda com uma previsão legal como essa, já existente em outras partes do Brasil. Questionou sobre quantos negros ocupavam espaços de poder e de destaque, para reafirmar a importância do Estatuto. O vereador Isnard Araújo disse que era preciso se fazer um Estatuto da Igualdade Racial verdadeiro, expondo que, pelo Projeto, apenas os negros de religião afrodescendente teriam direito a se ausentar, em horário de expediente, para cumprir liturgias religiosas, e também direito a algumas gratuidades, o que considerou se tratar de privilégio. Citou a Constituição Federal (CF) sobre ninguém ser privado de direitos por motivos de crença religiosa. Declarou que o discurso sobre o Estatuto era bonito, porém não defendia a maioria, ressaltando importância de um Estatuto que não ferisse o princípio da isonomia. O vereador Hélio Ferreira saudou os agentes de endemias em luta pelo piso salarial. Comemorou a aprovação de seu Projeto para vacinação dos rodoviários, explicando que esses profissionais eram mais expostos a doenças pela insalubridade do seu ambiente de trabalho. Agradeceu aos pares, em especial à CCJ e à vereadora Aladilce Souza, e disse esperar a sanção do prefeito. O senhor presidente declarou apoio ao Projeto do orador. O vereador Alexandre Aleluia criticou a fala do deputado Sargento Isidório, a qual reputou jocosa, afirmando que ele teria o direito de criticar a medida presidencial, mas não, de se pronunciar daquele modo. A respeito do Decreto sobre aquisição de armas, afirmou que a Venezuela desarmou sua população para poder lhe impor o regime político vigente. O vereador Henrique Carballal declarou respeito e concordância com o discurso do vereador Edvaldo Brito. Lembrou a promessa do prefeito de entregar à Cidade um Estatuto que representasse o povo negro e restaurasse sua dignidade historicamente maltratada pela escravidão e pelo racismo. Elogiou o Estatuto como um marco. Citou o Papa Francisco como o Papa da tolerância e afirmou que o estado laico deve abarcar a proteção aos que sofrem ataques motivados por sua religião, lembrando as perseguições e hostilidades sofridas pelos candomblecistas e indagando se cristãos sofriam o mesmo. Conclamou a bancada governista a votar sobre o Estatuto segundo o que o

prefeito estabelecera como promessa de campanha. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito lembrou o ex-governador Roberto Santos e sua medida para proteger a prática religiosa dos negros, e afirmou que a não-aprovação do Estatuto ofenderia a CF e a Constituição Estadual (CE). Citou Xangô como o orixá da justiça. O vereador Joceval Rodrigues contou sua participação em reunião do Conselho de Turismo do Estado, na qual pôde constatar como a independência e a produtividade da CMS eram conhecidas. Explicou ter ido ao evento para tratar do turismo religioso, expondo sobre o potencial dessa atividade, cujos praticantes retornavam à Cidade em nome dos votos religiosos. Defendeu o fim da intolerância religiosa. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Henrique Carballal.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

ATA

37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA ANA RITA TAVARES (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior. Discutiu a Ata a vereadora Marta Rodrigues, para dizer que o documento registrava a aprovação de alguns projetos que não constavam na Ordem do Dia originalmente pactuada para a Sessão anterior, fato que atribuiu a equívoco. Apontou, nessa situação, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 103/19, 10/18, 96/18, 97/18, 81/19 e 104/19; e Projeto de Indicação n. 93/19. Afirmou que esses Projetos não poderiam constar como aprovados. O senhor presidente respondeu esclarecendo que, na Sessão anterior, tinha aberto uma exceção para que fossem revistos os Projetos a serem votados, tendo havido, a respeito disso, considerável período de tempo com intensa movimentação de edis, especialmente líderes de bancadas, para se reconstruir a pauta. Explicou que essa pauta, assim estabelecida após paciente espera sua pelo trabalho dos pares, era a que constava em suas mãos, após ter sido objeto de acordo entre as bancadas, e sublinhou que, naquela situação, não poria em votação algo fora de acordo. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto secundou a vereadora Marta Rodrigues, e o senhor presidente respondeu-lhe que se tratava de matéria vencida. Em votação, a Ata foi aprovada contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Marcos Mendes, Sidninho e Sílvio Humberto, havendo esses mesmos vereadores registrado votos contrários ao Projeto de Lei n. 103/19, aprovado na Sessão anterior, e o vereador Marcos Mendes, também contra o Projeto de Indicação n. 93/19. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Mensagem n. 6/19 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei n. 139/19; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 51/19 da vereadora Marcelle Moraes; Projetos de Lei n.s 137/19 da vereadora Marcelle Moraes e 138/19 do vereador Toinho Carolino; Projetos de Indicação n.s 284/19 da vereadora Ireuda Silva, 285 e 286/19 da vereadora Marcelle Moraes, 287/19 do vereador Toinho Carolino, 288/19 do vereador Demétrio Oliveira, 289 e 290/19 do vereador Orlando Palhinha e 291/19 do vereador Ricardo Almeida; Requerimento n. 126/19 da vereadora Aladilce Souza; e Moção n. 57/19 do vereador Geraldo Júnior. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, a vereadora Aladilce Souza reafirmou ter havido projetos aprovados fora de acordo. O senhor presidente reiterou as explicações dadas à vereadora Marta Rodrigues, assinalando ter buscado honrar a pauta estabelecida, a qual acabou sucedida por outra, também objeto de consenso. Assinalou ainda que a matéria se tornou vencida, respeitados os votos contrários dos edis divergentes quanto à aprovação da Ata. Em comunicação inadiável excepcionalmente concedia, o vereador Hélio Ferreira, saudando os rodoviários presentes, desculpou-se por equívoco sobre a Tribuna Popular a eles referente, a qual aconteceria na semana seguinte. Comentou sobre a situação difícil dos rodoviários, afirmando que uma eventual greve seria de responsabilidade dos empresários. Na **Tribuna Popular**, a senhora Naira Gomes, da Frente em Defesa do Estatuto da Igualdade Racial de Salvador, explicou sobre a composição da Frente, que incluía vereadores e um grupo de estudos. Situou o 13 de Maio como um marco e historiou a vinda de europeus à América, dando início à exploração dos africanos. Afirmou que o racismo foi uma escolha na história brasileira. Lembrou que os negros eram a maioria da população da Cidade e mencionou o fato, confirmando pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de que essas pessoas são preteridas em oportunidades profissionais apenas por serem negras, o que fazia do racismo um boicote. Disse que havia brancos parceiros e conclamou os brancos desta Casa a se unirem à causa contra o racismo, observando a obrigação de se legislar pela maioria da população da Cidade. Considerou um acinte, e sinal de racismo, a não-votação do Estatuto da Igualdade após tanto tempo de tramitação. O senhor presidente parabenizou o vereador Edvaldo Brito, presidente da Comissão de Legislação Participativa, a qual instalara mecanismo de participação popular neste dia. Convidou os pares para a posse do novo secretário executivo de Relações Institucionais, o ex-vereador Heber Santana, no dia seguinte, às14h. Informou a vacinação contra a gripe, no dia 28. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito agradeceu ao senhor presidente pelo apoio à efetiva instalação da Comissão de Legislação Participativa. Dando seguimento à Tribuna Popular, o senhor Gilson Jesus Vieira, coordenador geral da Associação Nacional Movimento Trem de Ferro, inicialmente saudou os rodoviários. Discorreu sobre o descaso governamental com as ferrovias. Expôs sobre o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio, contando que já havia equipamento de qualidade e não-utilizado, e que uma empresa chinesa receberia altos valores pelo novo equipamento. Considerou isso um dano ao erário e pediu audiência pública. Explicou que o equipamento anunciado se tratava, na verdade, de um "VLP", um monotrilho, com capacidade menor que a de um trem, e apontou as insuficiências que o serviço teria. Concluiu apontando, também, o desemprego a ser gerado. Após consulta e aprovação das lideranças, em razão de não haver inscrição para outro orador, deu seguimento à mesma representação o senhor Joceval Tibúrcio, que também criticou o VLT do Subúrbio, desmentindo argumentos do Governo do Estado para a instalação do modal e defendendo que se atendesse aos anseios da comunidade. Pediu a atenção da Comissão de Planejamento Urbano para que houvesse uma discussão equilibrada e propositiva, e afirmou que a instalação de monotrilho causaria danos irreparáveis ao Subúrbio. O senhor presidente indagou às lideranças se havia acordo para a votação, nesta semana, de projetos de vereadores. O vereador Edvaldo Brito declarou que não havia acordo, mas que concordava com a ideia do senhor presidente de sempre votarem projetos de edis às quartas-feiras. O vereador Paulo Magalhães Júnior secundou o vereador Edvaldo Brito e defendeu que, não havendo acordo, seguissem a Ordem do Dia normal. O senhor presidente disse que, a partir de então, apenas aceitaria acordos subscritos por todos os vereadores. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Sílvio Humberto parabenizou a senhora Naira Gomes, dizendo que este era um dia de reflexão. Expôs números referentes ao racismo em Salvador, para ilustrar a gravidade do problema. Mencionou o extermínio da juventude negra e rejeitou a ideia de meritocracia, contando que morava próximo à UFBA, a qual era inalcançável para os jovens com os quais convivia. Pediu um minuto de silêncio pelos que tombaram na luta contra o racismo, o que foi cumprido. A vereadora Aladilce Souza mencionou a luta contra o racismo e as desigualdades sofridas pela grande população negra de Salvador. Salientou que se tratava de uma luta por equidade e parabenizou a senhora Naira Gomes, declarando-lhe apoio. Lamentou a deterioração das ferrovias e pediu diálogo sobre a questão. Registrou o Dia das Enfermeiras, em 12 de maio, mencionando as dificuldades e ameaças por que passava a categoria. Em comunicação inadiável, o vereador Ricardo Almeida convidou todos a acompanharem a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo em visita ao novo Centro de Convenções, no dia seguinte, às 15h30, sem prejuízo à Sessão. O senhor presidente parabenizou os responsáveis pelo novo Centro de Convenções e confirmou sua participação na visita. O vereador Teo Senna declarou supressa com o anúncio do VLT após medida desfavorável do Ministério Público (MP). Lembrou a luta de ambientalistas a respeito. Disse que o Governo do Estado mudava um projeto de modo antidemocrático, prejudicando a população do Subúrbio, e pediu reação a respeito. Em comunicação inadiável, a vereadora Lorena Brandão convidou os pares para a entrega de Honraria ao embaixador de Israel no dia seguinte, correspondente à data comemorativa da Independência do Estado de Israel. A vereadora Marta Rodrigues elogiou a fala da senhora Naira Gomes e mencionou audiência pública sobre o Estatuto da Igualdade Racial, observando a longa duração do correspondente Projeto na Casa e concordando sobre haver racismo nessa situação. Sobre o 13 de Maio, afirmou ter sido ilusória a Abolição, uma vez que os ex-escravizados não tinham para onde ir após o fim da escravidão, o que trazia consequências até a atualidade. Foi votada e aprovada a Moção n. 57/19, de pesar pelo falecimento do professor e advogado Adroaldo Leão. O vereador Marcos Mendes afirmou que "forças ocultas" ainda rondavam a CMS, com influências do Executivo. Contou ter visitado a Avenida 29 de Março, que, após canalização, a qual criticou, sofreu alagamentos com as chuvas. Parabenizou a senhora Naira Gomes e endossou a ideia de que não houve Abolição, pois o racismo persistia, e de variadas formas. Disse que a população não queria o VLT, o que ficara claro em audiência pública. Sobre o convite da vereadora Lorena Brandão, afirmou que Israel tinha política beligerante e excludente contra o povo árabe e repudiou que o embaixador daquele país recebesse Honraria da Casa. No **Pinga-Fogo**, o vereador Moisés Rocha saudou os rodoviários, prestando-lhes apoio. Criticou o ministro da Educação, afirmando que, em razão das muitas reações contrárias aos cortes no Ensino Superior, ele tentava confundir a população sobre a medida, manipulando números para fazer parecer que o montante dos cortes seria menor. Afirmou que o Governo Federal nada fazia e lembrou a goleada da Seleção alemã sobre a brasileira na Copa de 2014, dizendo que a Alemanha promovia outra goleada através de grandes investimentos na educação daquele país. O vereador Orlando Palhinha afirmou que o povo do Subúrbio não aceitaria o monotrilho e que a Comissão de Transporte tinha a obrigação de promover audiência pública a respeito, com a participação do Governo do Estado. Contou ter discutido com o prefeito sobre o Projeto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja importância ressaltou, quanto à população carente que não possuía condições de arcar com o enterro de seus entes queridos. Declarou discordar dos cortes nas universidades federais, afirmando que os Governos do PT também fizeram cortes na Educação. O vereador Luiz Carlos Suíca afirmou que a Abolição aconteceu por pressões econômicas da Inglaterra e que, por isso, os negros se mantinham em más condições socioeconômicas e o racismo prosseguia. Disse que se via o racismo como algo pontual e não, na dimensão estrutural que tinha. Rejeitou a referência aos cortes na Educação dos Governos do PT, explicando que foram circunstanciais e lembrando os grandes incrementos no Ensino Superior realizados por esses Governos. Rejeitou declaração do prefeito sobre a universidade pública ser frequentada pelos mais ricos. O vereador Kiki Bispo pediu um debate sobre a universidade sem viés ideológico e em função dos estudantes, e não apenas com relação à UFBA, instituição que enalteceu. Declarou-se contrário aos cortes do Governo Bolsonaro e afirmou que o Governo do Estado não investia no Ensino Superior. O vereador Sidninho contou sobre audiência pública a respeito do piso salarial dos agentes de endemias, informando que esse piso ainda não era recebido pelos profissionais. Considerou improbidade administrativa o fato de a Prefeitura receber recursos federais para a implementação do piso e não o fazer. Criticou os transportes municipais, mencionando a iminente greve dos rodoviários. O vereador Edvaldo Brito se associou à Moção de pesar aprovada, contando que Adroaldo Leão tinha sido um destacado aluno seu. Informou que, como procurador parlamentar, emitiu Parecer contrário ao Projeto do *Built to Suit* à Comissão de Transporte. Criticou o Projeto, expondo o livro Contratos, do jurista Orlando Gomes, do qual era o atualizador, e afirmando que o Projeto desatendia a ditames jurídicos sobre contratos e a licitações. Afirmou a discricionariedade jurídica da Casa quando o Executivo atua por critérios da União. Sobre projetos de procedimento abreviado, explicou que, pelo Regimento Interno do Congresso Nacional, eles seguiam à Mesa para juízo de admissibilidade, e os projetos de parlamentares tinham a mesma condição desses projetos. Mencionou decisão do Supremo (STF) referente à separação dos poderes e disse que não seria favorável a projetos em desacordo com esse e outros ditames, vindo a rejeitar projetos do Executivo que não respeitassem a CMS. O senhor presidente declarou apoio ao vereador Edvaldo Brito. Explicou ter encomendado Pareceres da Diretoria Legislativa e da Procuradoria parlamentar sobre o Projeto do *Built to Suit,* que tramitava na Comissão de Transporte, sobre a possibilidade de retorno do Projeto, em razão de ter observado impertinência temática com aquela Comissão. Explicou ainda que já recebera a concordância do presidente da Comissão, vereador Hélio Ferreira, mas lhe faria nova consulta em Plenário. O vereador Hélio Ferreira ratificou a concordância já manifestada. O

senhor presidente determinou o registro, nos Anais, das duas peças instrutórias e opinativas, com seus votos consignados, para que a matéria estivesse apta a seguir à Ordem do Dia no dia seguinte. Afirmou a necessidade de retificação do Regimento Interno (RI) da CMS quanto à noção de "serviços municipais" referentes à Comissão de Transporte, sobre o quê, apresentou sugestões. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior indagou sobre a produção de emendas ao Projeto do *Built to Suit*, e o senhor presidente afirmou que seriam entregues em Plenário, desde que subscritas pelos líderes das bancadas e independentes. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito opinou que não houvesse tantos serviços na órbita da Comissão de Transporte, lembrando conceituações doutrinárias sobre competência administrativa. Destacou sua defesa da CMS e da Constituição, rejeitando que o Executivo ditasse a pauta na Casa. O senhor presidente declarou-lhe apoio e agradeceu a postura do vereador Hélio Ferreira. Nas **Representações Partidárias**, a vereadora Lorena Brandão, em resposta a comentário do vereador Marcos Mendes, contou que conhecia Jerusalém, onde havia atestado o carinho dos israelenses aos árabes. Afirmou que o exército israelense era estritamente para a defesa e citou fala de rabino sobre a paz e a vida, baseada na incerteza sobre se estar com os filhos no dia seguinte. Disse que crianças árabes eram obrigadas, por grupos terroristas, a pegar em armas e pediu respeito ao povo de Israel. O vereador Odiosvaldo Vigas pediu a inserção, nos Anais, de artigo do professor Gildeci de Oliveira Leite intitulado Somos Todos pelas Universidades Públicas Baianas, Brasileiras. Explicou que o autor contestava a ideia de que não se compreendia o papel da universidade pública e afirmava que era a compreensão da importância das ciências humanas que levava à ação de se cortarem verbas. A vereadora Marta Rodrigues pediu reflexão sobre o que acontecia em Israel, que voltava a bombardear a população civil em Gaza. Historiou a criação do Estado israelense, apontando prejuízos e agressões aos palestinos, e lembrou que o Estado brasileiro era laico, expondo princípios constitucionais como a não-intervenção e a solução pacífica dos conflitos. Em aparte, o vereador Moisés Rocha comentou sobre o modo como alguns falavam sobre o amor, citando palavras de Jesus Cristo e afirmando que faltava o amor por ele pregado. A oradora afirmou que a Sessão na Casa pela fundação de Israel não atendia ao interesse público e sim, ao interesse de algumas igrejas e defendeu que a CMS seguisse o caminho da paz. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Odiosvaldo Vigas.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

* Republicado por ter saído com incorreção.

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
IREUDA SILVA	22/05/2019	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
SÍLVIO HUMBERTO	27/05/2019	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)

EXPEDIENTE DA MESA

ATO Nº **718/2019**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2019.

A **MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019, que com este se publica.

Art. 2º - Competirá à Diretoria Financeira – DIRFIN, disponibilizar o presente Relatório no endereço **http://www.cms.ba.gov.br**.

Art. 3º - Este Ato tem vigência na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, em 27 de maio de 2019.

GERALDO JÚNIOR
Presidente

CARLOS MUNIZ
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

MUNICÍPIO DE SALVADOR - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (A)	**10.086.381,40**	**12.888.611,25**	**9.660.810,70**	**9.615.530,13**	**9.568.521,63**	**9.687.168,29**	**11.089.518,89**	**20.432.251,23**	**10.649.154,22**	**10.903.453,61**	**10.459.084,49**	**10.693.290,62**	**135.733.776,46**	**0,00**
Pessoal Ativo	**9.943.467,82**	**12.687.443,13**	**9.500.922,99**	**9.498.375,40**	**9.469.999,48**	**9.588.646,14**	**10.990.996,74**	**20.284.468,03**	**10.550.632,07**	**10.804.931,46**	**10.360.562,34**	**10.594.768,47**	**134.275.214,07**	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.307.556,00	11.050.929,91	7.859.207,58	7.861.817,91	7.847.206,11	7.976.986,55	9.368.704,17	17.072.111,17	8.868.941,51	9.074.025,19	8.610.954,12	8.832.076,00	112.730.516,22	-
Obrigações Patronais	1.635.784,98	1.636.386,38	1.641.620,28	1.636.462,36	1.622.698,24	1.611.564,46	1.622.197,44	3.212.261,73	1.681.564,68	1.730.813,19	1.749.515,14	1.762.599,39	21.543.468,27	-
Benefícios Previdenciários	126,84	126,84	95,13	95,13	95,13	95,13	95,13	95,13	125,88	93,08	93,08	93,08	1.229,58	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	**142.913,58**	**201.168,12**	**159.887,71**	**117.154,73**	**98.522,15**	**98.522,15**	**98.522,15**	**147.783,20**	**98.522,15**	**98.522,15**	**98.522,15**	**98.522,15**	**1.458.562,39**	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	142.913,58	201.168,12	159.887,71	117.154,73	98.522,15	98.522,15	98.522,15	147.783,20	98.522,15	98.522,15	98.522,15	98.522,15	1.458.562,39	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (B)	**74.034,15**	**40.107,57**	**60.190,35**	**110.713,00**	**98.373,40**	**131.216,96**	**138.874,41**	**107.741,75**	**107.741,76**	**42.624,77**	**42.624,78**	**22.257,88**	**976.500,78**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	74.034,15	40.107,57	60.190,35	110.713,00	98.373,40	131.216,96	114.795,18	107.741,75	107.741,76	42.624,77	42.624,78	22.257,88	952.421,55	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	24.079,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.079,23	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (A - B)	**10.012.347,25**	**12.848.503,68**	**9.600.620,35**	**9.504.817,13**	**9.470.148,23**	**9.555.951,33**	**10.950.644,48**	**20.324.509,48**	**10.541.412,46**	**10.860.828,84**	**10.416.459,71**	**10.671.032,74**	**134.757.275,68**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR R$ 1,00	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.760.338.491,18	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) ((§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	5.760.338.491,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	134.757.275,68	2,34
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	345.620.309,47	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	328.339.294,00	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	311.058.278,52	5,40

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável DIRFIN/CMS e Fundação Cosme de Farias, data da emissão 20/05/2019

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

GERALDO JÚNIOR
Presidente

CARLOS MUNIZ
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

DEBORAH VILELA DOURADO LIMA
Contadora CRC-BA 019309/O-5

KAROLYNE MENDES
Controlador

TV CÂMARA SALVADOR

PROGRAMAÇÃO

Terça-feira, 28 de Maio de 2019

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 61.4, em sinal digital.

HORA	PROGRAMA	SINOPSE
12:00	FAZENDO ARTE - PERCUSSÃO	A repórter Liana Cardoso conversa com Wallace Oliveira para conhecer a arte de tocar percussão.
12:23	PLUGADO - MOSIAH	O programa "Plugado" recebe a banda Mosiah, que toca a música "Reggae Mandinga".
13:30	POLÍTICA NA MESA - SENADOR ÂNGELO CORONEL	O programa "Política na Mesa" recebe o Senador Ângelo Coronel para um bate papo sobre quando ele entrou para a política, falar da sua passagem na Assembléia e de sua ida para Brasília.
13:30	CÂMARA EM AÇÃO - RESUMO SESSÃO ORDINÁRIA	O programa "Câmara em Ação" faz um resumo da Sessão Ordinária, onde são discutidos os principais assuntos de interesse público.
13:33	ENTRE ELAS - MULHERES E FINANÇAS	No programa "Entre Elas" as repórteres Mia Lopes e Liana Cardoso debatem sobre o tema: Mulheres e finanças.
14:33	SESSÃO ORDINÁRIA - AO VIVO	Na sessão ordinária são discutidos os principais assuntos de interesse público.
17:00	PLUGADO - FÁBIO NOLLASKO	O programa "Plugado" recebe o cantor e compositor Fábio Nollasko, que canta a música "Anjo".
17:03	QUEM FAZ O QUÊ? - LUTHIER	Os repórteres André Luis e Adriano Paternostro contam o que faz um Luthier.
17:26	PÍLULAS DA HISTÓRIA - PALÁCIO RIO BRANCO	A repórter Isabela Garrido conta a história do Palácio Rio Branco.
17:30	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - HOSPITAL MARTAGÃO GESTEIRA	O repórter André Luis vai até o hospital Martagão Gesteira e mostra tudo sobre a instituição.
17:53	PLUGADO - CABULOSO TRIO	O programa "Plugado" recebe a Banda Cabuloso Trio, que canta a musica "Linda", uma composição de Ricardo Correia.
18:00	OCUPADOS - TATUADOR	A repórter Ticiane Bicelli entrevista um tatuador para saber mais sobre essa profissão.
18:03	CÂMARA EM AÇÃO - RESUMO SESSÃO ORDINÁRIA	O programa "Câmara em Ação" faz um resumo da Sessão Ordinária, onde são discutidos os principais assuntos de interesse público.
18:06	ROLEZINHO - GERÔNIMO	No programa "Plugado", o cantor Gerônimo fala sobre como surgiu a ideia de fazer shows na Escadaria do Passo e dá sugestões do que poderia ser feito para revitalizar o Pelourinho.
18:14	ADIVINHA ONDE É? - CENTRO GEMOLÓGICO DA BAHIA	A repórter Liana Cardoso leva você para conhecer todo o Centro Gemológico da Bahia.
18:36	PÍLULAS DA HISTÓRIA - PRAÇA CAIRU	A repórter Isabela Garrido conta a história da Praça Cairu.
18:40	PANORAMA SALVADOR - MAJOR DENICE SANTIAGO	No programa "Panorama Salvador", a Major Denice Santiago fala sobre o ambiente militar e preconceito.
19:20	FAZENDO ARTE - MOSAICO	A repórter Liana Cardoso conversa com artistas plásticos que trabalham fazendo mosaico para saber mais sobre essa arte.
19:43	PÍLULAS DA HISTÓRIA - PLENÁRIO COSME DE FARIAS	A repórter Isabela Garrido conta o que acontece no Plenário Cosme de Farias.

*** Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.**